

RELATÓRIO FINANCEIRO E CONTAS

2023

*Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado
Entidade Declarada de Utilidade Pública
Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD)
Entidade equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA)
Entidade Formadora Acreditada pela DGERT
Entidade equiparada a IPSS*

Junho 2024



Índice

Introdução.....	3
Parte I - Análise Financeira	4
Fontes de Financiamento	
Projetos em Execução	
Projetos Concluídos	
Parte II - Demonstrações Financeiras.....	9
Balanço.....	9
Demonstração dos resultados por naturezas.....	10
Demonstração individual de fluxos de caixa.....	11
Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais.....	12
Parte III – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	13



INTRODUÇÃO

Apesar da conjuntura política associada à transição de quadro comunitário, sempre com fortes repercussões na vida das organizações do 3º setor, a Terras Dentro conseguiu em 2023 manter o equilíbrio financeiro durante todo o ano, em parte com recurso a algum apoio bancário para fazer face a constrangimentos de tesouraria derivados de alguns atrasos nos reembolsos dos projetos.

Em 2023 concluímos oito projetos: 4 CLDS's, nomeadamente o CLDS de Viana do Alentejo - Rumo Certo, o CLDS de Alvito - Vita9, o CLDS de Cuba - Cuba ConVida e o CLDS de Vidigueira - Futuro Activo e os 2 Projetos Escolhas 8ª Geração, designadamente o Monte Dentro para o concelho de Montemor-o-Novo e o Cresce e Aparece para os concelhos de Cuba, Alvito e Vidigueira. Concluímos ainda os projetos financiados pelo PORTUGAL 2020, o projeto VALOR – Valorizar o Alentejo e as Organizações/Alentejo 2020 e o Projeto Mediadores interculturais/ACM. De salientar que contrariamente ao que acontecia, no caso dos Projetos Escolhas houve uma continuidade imediata, da 8ª Geração para a 9ª Geração, com aprovação das candidaturas apresentadas na reta final do ano, mantendo-se assim a implementação dos mesmos nos territórios.

A Terras Dentro continua pois a desenvolver um trabalho de promoção do desenvolvimento integrado, utilizando os projetos como instrumentos para o investimento e valorização social e económica dos territórios onde intervém, perfeitamente enquadrado na sua missão e naquilo que são os seus princípios e valores, sempre assente numa lógica de profissionalismo e eficácia.

Tudo isto se reflete nas contas e análise financeira que se apresenta neste relatório e que é constituído por duas partes:

Parte I – Análise financeira com apresentação das principais fontes de financiamento da associação e seus projetos;

Parte II – Demonstrações financeiras, balanço, demonstração de resultados e respetivos anexos.

Parte III – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

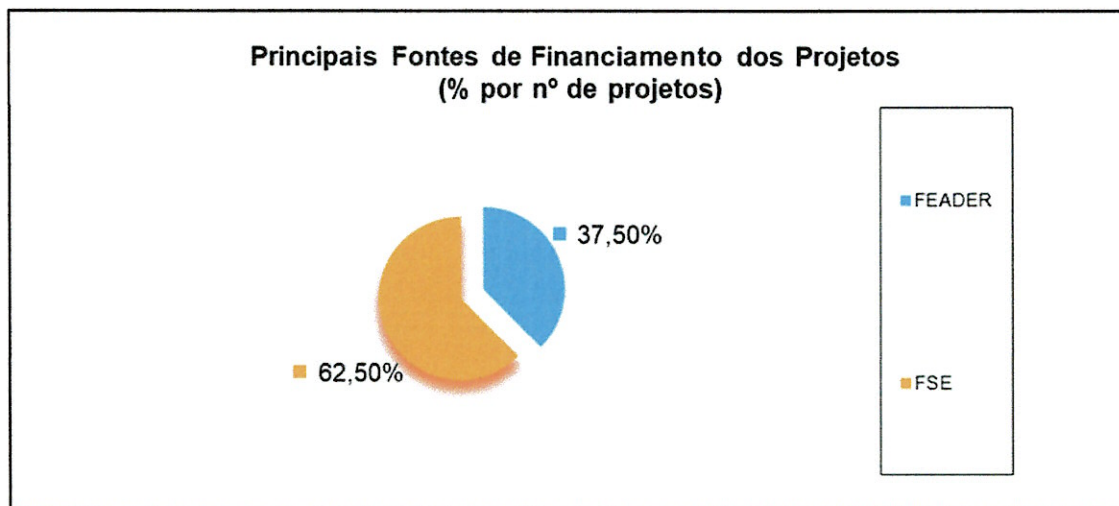


Parte I - Análise Financeira

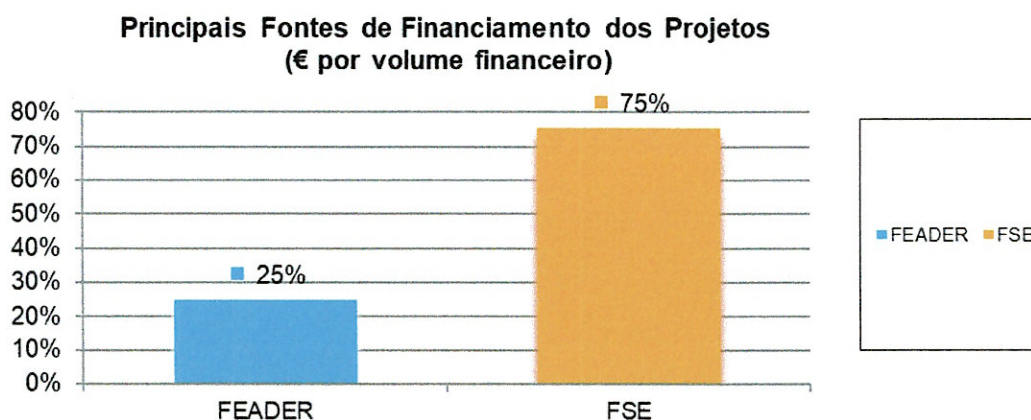
Fontes de Financiamento:

O quadro e os gráficos seguintes evidenciam o nº de projetos cofinanciados, a diversidade de programas e respetivas fontes de financiamento em 2023.

Projeto	Programa	Fonte de Financiamento	Taxa de Co Financiamento
DLBC / Medida LEADER PDR2020 - 10.4.1 – Custos de Funcionamento e Animação-2ª Fase	PDR 2020/PRR	FEADER	100%
Cooperação – Medida 10.3 PDR 2020 – Include/Rotas sem Barreiras	PDR 2020/PRR	FEADER	90%
Cooperação – Medida 10.3 PDR 2020 – Montado-Conservação e Valorização	PDR 2020/PRR	FEADER	90%
Cooperação – Medida 10.3 PDR 2020 – Turismo Fora D’Horas	PDR 2020/PRR	FEADER	90%
Medida 20.2.4 PDR 2020-Semear e Alimentar Local (SAL)	PDR 2020/PRR	FEADER	100%
Medida 20.3 – PDR 2020 – GLA Monfurado	PDR 2020/PRR	FEADER	100%
Monte Dentro E8G - Montemor-o-Novo	Escolhas	FSE	100%
Cresce e Aparece E8G – Cuba, Alvito e Vidigueira	Escolhas	FSE	100%
Mediadores Interculturais	ALENTEJO 2020	FSE	100%
VALOR- Valorizar o Alentejo e as Organizações	ALENTEJO 2020	FSE	100%
CLDS 4G Viana do Alentejo	POISE	FSE	100%
CLDS 4G Alvito	POISE	FSE	100%
CLDS 4G Cuba	POISE	FSE	100%
CLDS 4G Vidigueira	POISE	FSE	100%
Monte Dentro E9G - Montemor-o-Novo	Escolhas	FSE	100%
Cresce e Aparece E9G – Cuba, Alvito e Vidigueira	Escolhas	FSE	100%



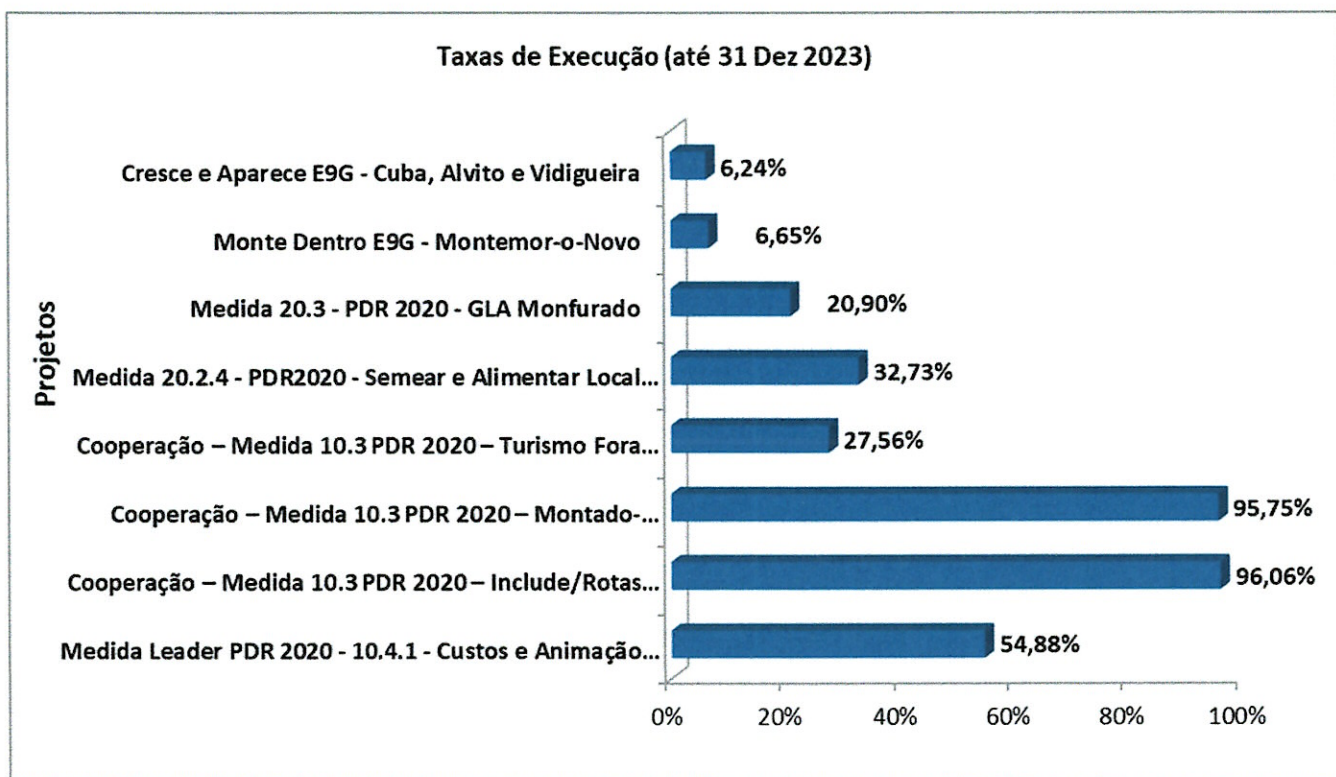
Como se pode verificar, em 2023, existiu apenas 2 fontes de financiamento nos projetos da Terras Dentro e que foram repartidos com 62,50% pelo FSE e com 37,50% pelo FEADER do total dos projetos.



De acordo com o gráfico anterior, a principal fonte de financiamento da Terras Dentro em termos de volume financeiro foi o FSE com 75%.

Taxas de Execução Acumuladas dos Projetos em 2023

Este gráfico reflete as taxas de execução acumuladas de todos os projetos iniciados e em execução em 2023 com exceção dos projetos que finalizaram e que serão apresentados mais à frente.



Cresce e Aparece E9G de Cuba, Alvito e Vidigueira/Escolhas 9G – teve início em outubro de 2023 e terá o seu término previsto para 30 setembro de 2026.

Monte Dentro E9G de Montemor-o-Novo/Escolhas 9G – Tal como o projeto anterior, teve início em outubro de 2023 e terá o seu término previsto para o final de setembro de 2026.

Medida PDR2020 – 20.3 – GLA MONFURADO – este projeto é desenvolvido em parceria com o MED-UEvora (Entidade Coordenadora), a Associação de Produtores do Mundo Rural da Região de Montemor-o-Novo (APORMOR), a Associação dos Jovens Agricultores do Sul (AJASUL) e a Associação Nacional dos Pequenos e Médios Agricultores (ANPEMA). Teve o seu início efetivo em setembro de 2023 e terminará a 31 de dezembro de 2024. A 31 de dezembro de 2023 apresenta uma taxa de execução de 20,90%.

Medida PDR2020 – 20.2.4 – Semear e Alimentar Local (SAL) – iniciou a 1 de outubro de 2021 e terá o seu término previsto para 30 de junho de 2024. Este projeto à data de 31 de dezembro apresenta uma taxa de execução de 32,73%, uma execução totalmente conforme com o que estava previsto em candidatura.

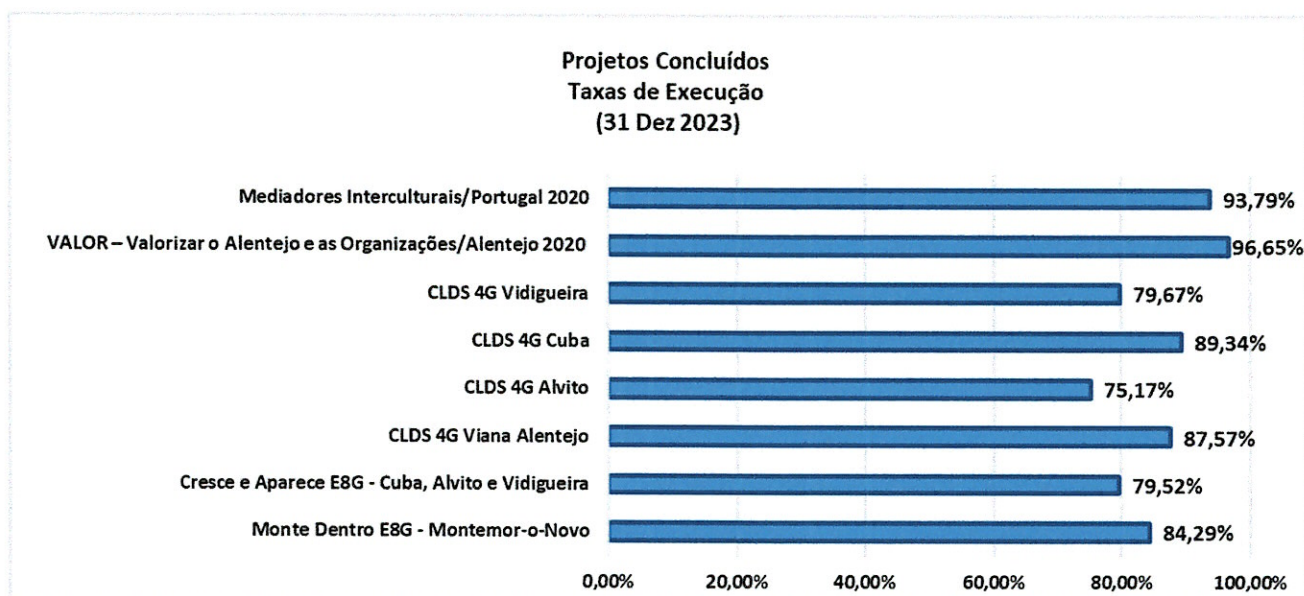
Medida LEADER PDR2020 - 10.3 – Cooperação – Turismo Fora D’Horas– iniciou a 1 de outubro de 2021 e terá o seu término previsto para 30 de junho de 2024. Apresenta uma taxa de execução a 31 de dezembro de 2023 de 27,56%. Este projeto é desenvolvido em parceria com os GAL Vicentina e ESDIME, sendo que o GAL VICENTINA é o responsável pela sua coordenação.

Medida LEADER PDR2020 - 10.3 – Cooperação – Montado-Conservação e Valorização – iniciou a 1 de outubro de 2021 e terminará a 30 de junho de 2024. Apresenta uma taxa de execução a 31 de dezembro de 2023 de 95,75%. Para conseguirmos finalizar e submeter o último pedido de pagamento foi efetuado um PALT em 2024 para cabimento de todas as despesas nas respetivas rubricas. É um projeto desenvolvido em parceria com várias entidades nacionais e internacionais, sendo a Terras Dentro a entidade promotora.

Medida LEADER PDR2020 - 10.3 – Cooperação – Include / Rotas sem Barreiras – iniciou a 1 de outubro de 2021 e terminará a 31 de junho de 2024. Apresenta uma taxa de execução a 31 de dezembro de 2023 de 96,06%. Trata-se de mais um projeto em cooperação com várias entidades nacionais e internacionais, e a Terras Dentro é a promotora. Tal como no projeto anterior, em 2024 irá ser apresentado um PALT, para a submissão do último pedido de pagamento.

Medida LEADER PDR2020 – 10.4.1 – 2ª Fase – Custos de Funcionamento e animação – iniciou a 1 de janeiro de 2022 e terminará a 31 de dezembro de 2024. Apresenta uma taxa. Esta medida contempla unicamente os custos com a equipa técnica local (ETL), com atividades de animação e custos de funcionamento. Apresenta à data de 31 de dezembro de 2023 uma taxa de execução financeira acumulada dentro do exatável 54,88%. É de referir que a verba restante da 1ª fase que transitou para esta 2ª fase, foi reposta por um PALT no decorrer do ano de 2023 tal como o previsto.

Taxas de Execução dos Projetos Concluídos em 2023



Mediadores interculturais/ACM – este projeto foi desenvolvido em parceria com o Município de Alvito e teve o seu início efetivo em novembro de 2021 e também viu o seu término prorrogado até abril de 2023. O promotor é o Município de Alvito e a Terras Dentro entidade parceira com a responsabilidade de contratar e acompanhar o trabalho de um mediador de etnia cigana no Concelho de Alvito. Encerrou com uma taxa de execução de 93,79%.

VALOR – Valorizar o Alentejo e as Organizações/Alentejo 2020 – teve o seu início a 1 de junho de 2021 e terminou a 30 de junho de 2023 com uma taxa de execução de 96,65%.

CLDS 4G Vidigueira/PO ISE/ISS– teve o seu início a 22 de outubro de 2019, e o seu término foi prorrogado até 30 de novembro de 2023. Apresenta uma taxa de execução financeira de 79,67%.

CLDS 4G Cuba/ PO ISE/ISS – teve o seu início a 22 de outubro de 2019, e o seu término foi prorrogado até 31 de agosto de 2023. Apresenta uma taxa final 89,34% execução financeira.

CLDS 4G Alvito/ PO ISE/ISS – teve o seu início a 22 de outubro de 2019, e o seu término foi prorrogado até 30 de novembro de 2023. Apresenta uma taxa de execução financeira de 75,17%.

CLDS 4G Viana do Alentejo/PO ISE/ISS – iniciou em setembro de 2019, e o seu término foi prorrogado até 13 de novembro de 2023. Apresenta uma taxa de execução financeira final de 85,57%.

Cresce e Aparece E8G de Cuba, Alvito e Vidigueira/Escolhas 8G – teve início em abril de 2021 e foi prorrogado por mais 9 meses, ou seja, teve o seu término em setembro de 2023 com uma taxa de execução acumulada de 79,52%, inferior ao previsto, uma vez que estes projetos Escolhas foram alguns dos que mais se ressentiram em termos de execução financeira com a situação de pandemia. Houve atividades que tiveram de ser obrigatoriamente canceladas e substituídas por outras com custos muito inferiores ao orçamentado e aprovado. No entanto relativamente à execução física e aos objetivos previstos em candidatura e tendo em conta as adaptações feitas ao nível das atividades, esta foi cumprida na totalidade até superando as metas em algumas atividades.

Monte Dentro E8G de Montemor-o-Novo/Escolhas 8G - iniciou igualmente em abril de 2021 e terminou em Setembro de 2023. Tal como o projeto anterior, foi prorrogado por mais 9 meses apresentando no final uma taxa de execução financeira acumulada de 84,29%

RELATÓRIO FINANCEIRO E CONTAS 2023

TERRAS DENTRO

Parte II – Demonstrações Financeiras

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2023

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	9 734,02 €	8 096,52 €
Bens do património histórico e cultural		0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento	6	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	7	1 248 242,16 €	1 248 242,16 €
Investimentos Financeiros	23	33 096,45 €	33 330,95 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
		1 291 072,63 €	1 289 669,63 €
Ativo corrente			
Inventários		0,00 €	0,00 €
Clientes	9	15 767,24 €	13 467,24 €
Adiantamentos a fornecedores		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	10	0,00 €	0,00 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	11	112 882,33 €	201 615,77 €
Diferimentos	12	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos bancários	4	92 609,91 €	66 053,20 €
		221 259,48 €	281 136,21 €
Total do Ativo		1 512 332,11 €	1 570 805,84 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	568,63 €	568,63 €
Excedentes Técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	13	-217 748,34 €	-222 043,38 €
Excedentes de Revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	690 616,62 €	690 616,62 €
		473 436,91 €	469 141,87 €
Resultado líquido do período		975,24 €	10 282,77 €
Total do fundo de capital		474 412,15 €	479 424,64 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	14	48 956,96 €	48 956,96 €
Outras contas a pagar	16	750 959,88 €	739 753,43 €
		799 916,84 €	788 710,39 €
Passivo corrente			
Fornecedores	15	3 590,10 €	3 466,10 €
Adiantamentos de clientes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	10	11 988,48 €	17 195,63 €
Acionistas/sócios		0,00 €	0,00 €
Fundadores/benem./Patroc./Doad./Assoc./Membros		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	14	70 000,00 €	153 206,92 €
Diferimentos	12	152 424,54 €	128 802,16 €
Outras contas a pagar	16	0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		238 003,12 €	302 670,81 €
Total do Passivo		1 037 919,96 €	1 091 381,20 €
Total do Capital próprio e do passivo		1 512 332,11 €	1 570 805,84 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

9

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
Período Findo em 31 de Dezembro 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		15 833,35 €	0,00 €
Subsídios, doações e legados à exploração	18	678 029,89 €	833 481,06 €
Estado e Outros Entes Públicos		665 601,25 €	830 534,28 €
Outros		12 428,64 €	2 946,78 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas		0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos	19	-149 722,17 €	-280 016,00 €
Gastos com o pessoal	20	-555 765,90 €	-578 905,50 €
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €
Provisões específicas (aumentos / reduções)		0,00 €	0,00 €
Outras imparidades (perdas / reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos / Reduções de justo valor	23	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	21	29 799,01 €	103 477,37 €
Outros gastos e perdas	22	-2 575,00 €	-29 615,99 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 599,18 €	48 420,94 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 / 6 / 7	-7 839,70 €	-34 935,91 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7 759,48 €	13 485,03 €
Juros e Rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	24	-6 784,24 €	-3 202,26 €
Resultado antes de impostos		975,24 €	10 282,77 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		975,24 €	10 282,77 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

22

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
Período Findo em 31 de Dezembro 2023

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		0,00 €	0,00 €
Recebimentos/Pagamentos de subsídios		786 419,12 €	730 157,01 €
Recebimentos/Pagamentos de apoios		0,00 €	0,00 €
Recebimentos/Pagamentos de bolsas		0,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores		-149 668,17 €	-285 025,58 €
Pagamentos ao pessoal		-561 542,63 €	-579 283,59 €
Caixa gerada pelas operações		75 208,32 €	-134 152,16 €
Pagamento/recebimento de imposto s/ rendimento		0,00 €	0,00 €
Outros recebimentos / pagamentos		50 582,25 €	56 649,46 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		125 790,57 €	-77 502,70 €
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Pagamentos respeitantes a:		-10 386,33 €	-27 448,26 €
Ativos fixos tangíveis		-8 493,20 €	-24 149,54 €
Ativos intangíveis		-984,00 €	-479,80 €
Investimentos financeiros		-909,13 €	-2 818,92 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		1 143,63 €	5 133,93 €
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		1 143,63 €	5 133,93 €
Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-9 242,70 €	-22 314,33 €
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:		70 000,00 €	202 000,00 €
Financiamentos obtidos		70 000,00 €	202 000,00 €
Realizações de fundos		0,00 €	0,00 €
Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Doações		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos respeitantes a:		-159 991,16 €	-187 495,34 €
Financiamentos obtidos		-153 206,92 €	-184 293,08 €
Juros e gastos similares		-6 784,24 €	-3 202,26 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
Reduções de fundos		0,00 €	0,00 €
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-89 991,16 €	14 504,66 €
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		26 556,71 €	-85 312,37 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		66 053,20 €	151 365,57 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		92 609,91 €	66 053,20 €

(1) -> O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

RELATÓRIO FINANCEIRO E CONTAS 2023

TERRAS DENTRO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais										TOTAL	Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Cap. Próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras Variaç. Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N 1		568,63						-222.043,38			690.616,62	10.282,77		479.424,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contab.														
Alterações de políticas Contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonst. Financ.														0,00
Realização do Excedente de revalorização dos ativos fixos tangíveis e Intangíveis														0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														0,00
Ajustamentos por impostos diferidos														0,00
Outras alterações reconhecidas no Fundo Patrimonial								-5.987,73						-5.987,73
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.987,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.987,73
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3												975,24		975,24
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.987,73	0,00	0,00	0,00	975,24	0,00	-5.012,49
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE FUNDOS NO PERÍODO														
Realizações de Fundos														0,00
Realizações de prêmios de emissão														0,00
Distribuições														0,00
Entradas para cobertura de perdas														0,00
Outras Operações														0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N 6=1+2+3+5		568,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-228.031,11	0,00	0,00	690.616,62	11.258,01	0,00	474.412,15

Handwritten signature and initials.

Parte III – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados**1 – IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. *Designação:* TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO P/ O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
- 1.2. *Sede:* Rua do Rossio do Pinheiro, 7090-049 Alcáçovas
- 1.3. *Natureza da atividade:*
Associação para o desenvolvimento integrado das organizações económicas, patronais e de atividades de apoio social; reconhecida como Entidade de Utilidade Pública, entidade equiparada a IPSS, Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD), entidade equiparada a Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) e entidade formadora acreditada pela DGERT.
- 1.4. *CAE (código e designação):*
94110 – Atividades de organizações económicas e patronais
88990 – Outras atividades de apoio social
- 1.5. *Número médio de empregados durante o ano:* 24 (vinte e quatro)

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção. É opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Associação, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. As demonstrações financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal, nos termos dos estatutos da associação.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 e em consistência com o disposto nas Portarias n.º 220/2015, 24 de julho e n.º 218/2015, 23 de julho e no Aviso 8259/2015, 29 de julho.

2.2. O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.3. A adoção da NCRF - ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2012, tal como estabelecido pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março – Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Esta transição, em 2012, afetou o Balanço e as Demonstrações Financeiras pois agora apresentam apropriadamente a posição financeira e o desempenho financeiro da entidade, uma vez que exige uma representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na NCRF - ESNL.

Durante o ano de 2022 o Balanço e a Demonstração de Resultados não foram afetados pela adoção da NCRF - ESNL. Não existiram ajustamentos nos capitais próprios decorrentes da transição para o novo referencial contabilístico.

2.4. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objetivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados) e das alterações na posição financeira da Associação (fluxos de caixa e alterações nos fundos patrimoniais).

Segue-se um conjunto de pressupostos, definições e outras informações relevantes para melhor compreensão da forma como as demonstrações financeiras foram preparadas.

3.1 – BASES PARA A APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (BADF)

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo ("NCRF-ESNL") e com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que entidade continuará a operar no futuro previsível, pressupondo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser

materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. – COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF - ESNL. Assim, o crédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram crédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF - ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO P/ O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável dos ativos é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	5 - 100 anos
Equipamento básico	4 - 8 anos
Equipamento de transporte	3 - 7 anos
Equipamento administrativo	2 - 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4 anos

A variação dos anos de vida útil dos edifícios e outras construções está inerente à tipologia dos bens, ou seja, dentro da rubrica edifício e outras construções estão edifícios de grande porte e alterações às construções logo a vida útil estimada tem de se diferenciar consoante os casos.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por imóveis cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas. Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Apesar da mensuração pelo modelo do custo, procurámos apresentar a nossa estimativa quanto ao justo valor das propriedades de investimento. Porém, não foi possível estimar o justo valor com fiabilidade por motivo de não avaliação das propriedades de investimento por uma entidade especializada, ou seja, o justo valor das propriedades de investimento é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada.

As propriedades em curso para futuro uso como propriedades de investimento, até que esteja concluída a construção ou o desenvolvimento, são tratadas de acordo o ponto 7 da NCRF-ESNL: ativos Fixos Tangíveis.

Os imóveis cujos fins são a obtenção de rendas são tratados de acordo com o ponto 7 da NCRF-ESNL: Ativos fixos Tangíveis.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo menos perda por imparidade ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade - Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados - Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão - Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros - São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo,

individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a Associação é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E PERDAS E DE RENDIMENTOS E GANHOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Tal como referido na Nota 3.1.2, os elementos das demonstrações financeiras (ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos) são reconhecidos logo que

satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

SUBSÍDIOS

Os subsídios são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

CUSTOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da



obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

JUÍZOS DE VALOR, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

4 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	1 810,55 €	2 170,23 €
Depósitos à ordem	90 799,36 €	63 882,97 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
Total	92 609,91 €	66 053,20 €

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No exercício findo em 31 de dezembro o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Edifícios e Outras Construções	322 710,88 €	0,00 €				322 710,88 €
Equipamento Básico	160 330,22 €	3 671,60 €				164 001,82 €
Equipamento de Transporte	156 016,68 €	0,00 €				156 016,68 €
Equipamento Administrativo	161 228,59 €	4 821,60 €				166 050,19 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21 436,30 €	0,00 €				21 436,30 €
Investimentos em curso	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Total (1)	821 722,67 €	8 493,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	830 215,87 €
Depreciações						
Edifícios e Outras Construções	317 122,39 €	5 588,48 €				322 710,87 €
Equipamento Básico	160 292,32 €	241,86 €				160 534,18 €
Equipamento de Transporte	156 016,68 €	0,00 €				156 016,68 €

RELATÓRIO FINANCEIRO E CONTAS 2023

TERRAS DENTRO

Equipamento Administrativo	160 915,94 €	548,05 €				161 463,99 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	19 278,82 €	477,31 €				19 756,13 €
Investimentos em curso	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Total (2)	813 626,15 €	6 855,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	820 481,85 €
Ativo Líquido (1 - 2)	8 096,52 €	1 637,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 734,02 €

Houve um aumento nos ativos fixos tangíveis fruto de aquisições de equipamentos. De resto nada mais houve a assinalar que tivesse grande impacto nos ativos fixos tangíveis. As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados.

6 - ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

No exercício findo em 31 de dezembro o movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e as respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Revalorizações	Transf./Abates	Saldo Final
Ativo bruto						
Goodwill	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Projetos de Desenvolvimento	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Programas de Computador	1 013,62 €	984,00 €				1 997,62 €
Propriedade Industrial	3 248,13 €	0,00 €				3 248,13 €
Outros Ativos Intangíveis	1 345 102,77 €	0,00 €				1 345 102,77 €
Total (1)	1 349 364,52 €	984,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 350 348,52 €
Depreciações						
Goodwill	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Projetos de Desenvolvimento	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Programas de Computador	1 013,62 €	984,00 €				1 997,62 €
Propriedade Industrial	0,00 €	0,00 €				0,00 €
Outros Ativos Intangíveis	100 108,74 €	0,00 €				100 108,74 €
Total (2)	101 122,36 €	984,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	102 106,36 €
Ativo Líquido (1 - 2)	1 248 242,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 248 242,16 €

8 - INVENTÁRIOS

Nada a registar.

9 - CLIENTES

Em 31 de dezembro a rubrica clientes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	31/12/2023	31/12/2022
Clientes gerais c/c - MN	15 767,24 €	13 467,24 €
Total	15 767,24 €	13 467,24 €

10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estados e outros entes públicos	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de imposto s/ rendim.	0,00 €	0,00 €
Imposto s/ valor acrescentado		
Restantes impostos		
Contribuições segurança social		
Tributos das autarquias locais		
Outras contribuições		
Outras tributações		
Total do ativo	0,00 €	0,00 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Retenção de imposto s/ rendim.	2 974,00 €	4 402,75 €
Imposto s/ valor acrescentado	728,33 €	0,00 €
Restantes impostos		
Contribuições segurança social	8 286,15 €	12 227,36 €
Tributos das autarquias locais		
Outras contribuições	0,00 €	565,52 €
Outras tributações		
Total do passivo	11 988,48 €	17 195,63 €

Os impostos acima apresentados no passivo foram pagos durante o mês de janeiro de 2024.

11 - OUTRAS CONTAS A RECEBER - CORRENTES

Em 31 de dezembro a rubrica outras contas a receber decompõe-se da seguinte forma:

Outras contas a receber (Corr.)	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	0,00 €	0,00 €
Devedores acréscimo rendiment.	112 882,33 €	197 649,18 €
Devedores diversos	0,00 €	3 966,59 €
Total	112 882,33 €	201 615,77 €

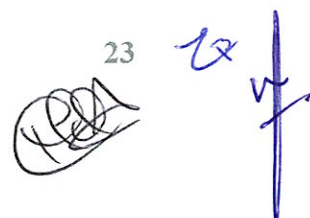
Os valores apresentados dizem respeito aos projetos contratualizados e a valores ainda por receber de anos anteriores.

12 - DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

PASSIVO

23



Deferimentos - Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos a reconhecer	152 424,54 €	128 802,16 €
Total	152 424,54 €	128 802,16 €

13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos relevantes registados na rubrica de Capitais, são os seguintes:

Fundo Patrimonial	31/12/2022	Aplicação do Resultado Líquido (N-1)	Reconhecim. prov. associad. subsíd. para investimentos	Regularizações / Reclassificações	31/12/2023
Fundos	568,63 €				568,63 €
Excedentes técnicos					0,00 €
Reservas					0,00 €
Resultados transitados	-222 043,38 €	10 282,77 €		-5 987,73 €	-217 748,34 €
Excedentes de revalorização					0,00 €
Outras variaç. fundos patrimon.	690 616,62 €				690 616,62 €
Resultado líquido do período	10 282,77 €	-10 282,77 €			975,24 €
Total	479 424,64 €	0,00 €	0,00 €	-5 987,73 €	474 412,15 €

14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31/12/2023		31/12/2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	70 000,00 €		153 206,92 €	
Descobertos bancários	0,00 €		0,00 €	
Locações financeiras				
Outros financiadores		48 956,96 €		48 956,96 €
Total	70 000,00 €	48 956,96 €	153 206,92 €	48 956,96 €

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e não correntes consoante a sua duração seja ou não superior a 12 meses.

15 - FORNECEDORES

Em 31 de dezembro a rubrica de fornecedores (principais) decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores gerais c/c - MN	3 590,10 €	3 466,10 €
Total	3 590,10 €	3 466,10 €

16 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

NÃO CORRENTES

Outras contas a pagar (Não Corr.)	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Credores acréscimos gastos		
Adiantamentos conta de vendas		
Credores diversos	750 959,88 €	739 753,43 €
Perdas por imparidades		
Total	750 959,88 €	739 753,43 €

17 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de dezembro a rubrica de serviços prestados, decompõe-se da seguinte forma:

Rúbricas	2023	2022
Vendas de bens		
Serviços prestados	15 833,35 €	0,00 €
Total	15 833,35 €	0,00 €

18 – SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro a rubrica de subsídios, doações e legados à exploração decompõe-se da seguinte forma:

Subsíd. Doações e legad. à Explor.	2023	2022
Subs. Estado e Outros Entes Públicos	665 601,25 €	830 534,28 €
Programa Escolhas E8G	73 686,89 €	106 377,49 €
Programa Escolhas E9G	29 719,37 €	0,00 €
PDR2020	190 781,39 €	106 463,52 €
Alentejo 2020	50 508,29 €	0,00 €
VALOR	50,46 €	97 885,75 €
Bairros Saudáveis	0,00 €	41 386,70 €
Montado	22 456,53 €	22 639,37 €
Include	24 563,86 €	24 528,22 €

Fora D'Horas	6 552,79 €	4 137,12 €
Mediadores Municipais	4 814,56 €	13 541,43 €
CLDS (4G)	262 467,11 €	411 060,68 €
IEFP	0,00 €	2 514,00 €
Subsídios de outras entidades	5 001,80 €	0,00 €
Empresas	5 001,80 €	0,00 €
Doações e Heranças	7 426,84 €	2 946,78 €
Donativos	7 426,84 €	2 946,78 €
Total	678 029,89 €	833 481,06 €

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos referentes ao corrente ano são assim decompostos:

FSE-Fornecim. serviços externos	2023	2022
Subcontratos	0,00 €	233,70 €
Serviços especializados:	84 466,48 €	194 238,19 €
Trabalhos especializados	64 822,50 €	166 131,49 €
Publicidade e propaganda	9 844,44 €	1 937,08 €
Vigilância e segurança	552,21 €	521,73 €
Conservação e Reparação	2 657,64 €	13 743,66 €
Serviços bancários	1 937,19 €	1 729,10 €
Outros	4 652,50 €	10 175,13 €
Material:	8 848,46 €	16 128,35 €
Ferramentas e utensílios	1 071,09 €	4 117,03 €
Livros e documentação técnica	288,83 €	909,96 €
Material de Escritório	1 805,62 €	2 145,86 €
Artigos para oferta	85,00 €	0,00 €
Outros	5 597,92 €	8 955,50 €
Energia e fluídos:	9 873,85 €	10 916,94 €
Eletricidade	3 004,87 €	4 429,63 €
Combustíveis	6 716,96 €	6 367,49 €
Água	152,02 €	119,82 €
Deslocações, estadas e transportes:	9 167,35 €	23 417,93 €
Deslocações e estadas	9 167,35 €	23 417,93 €
Serviços diversos:	37 366,03 €	35 080,89 €
Rendas e alugueres	9 101,05 €	7 108,41 €
Comunicação	3 048,57 €	3 451,72 €
Seguros	3 090,88 €	1 297,55 €
Contencioso e notariado	0,00 €	5,00 €
Despesas de representação	350,00 €	0,00 €
Limpeza, higiene e conforto	5 271,06 €	3 433,46 €
Outros	16 504,47 €	19 784,75 €
Total	149 722,17 €	280 016,00 €

Estas são as principais rubricas que mantêm a atividade da Associação a funcionar, ou seja, estes são os gastos funcionais correntes. Verificou-se uma redução dos gastos em todas as rubricas em comparação com o que se haviam registado no ano anterior.

20 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal	2023	2022
Remunerações certas	400 855,38 €	436 592,45 €
Remunerações adicionais	39 038,02 €	35 524,46 €
Indemnizações	16 511,82 €	1 755,00 €
Encargos s/ Remunerações	92 723,40 €	99 493,07 €
Seguros	5 352,40 €	3 969,37 €
Outros	84,66 €	228,86 €
Higiene, Saúde e Medic. trabalho	1 200,22 €	1 342,29 €
Total	555 765,90 €	578 905,50 €

O número médio de pessoas que colaboraram com a Associação no decurso do exercício findo em 31 de dezembro foi de 24 (vinte e quatro) funcionários.

Os órgãos diretivos da Associação não auferem remuneração.

21 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro a rubrica outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2023	2022
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos:		
Parcerias	29 091,62 €	103 207,02 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
Correç. relat. períodos anteriores	518,16 €	0,00 €
Outros	189,23 €	270,35 €
Total	29 799,01 €	103 477,37 €

22 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro a rubrica outros gastos e perdas decompõe-se da seguinte forma:

Outros gastos e perdas	2023	2022
Impostos	0,00 €	0,00 €
Descontos pronto pag. concedid.	0,00 €	0,00 €



Outros gastos:		
Correç.relat.períodos anterior.	50,00 €	850,00 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
Quotizações	2 525,00 €	3 075,00 €
Outros	0,00 €	25 690,99 €
Total	2 575,00 €	29 615,99 €

23 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro a rubrica dos investimentos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

Investimentos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Participação no capital:	26 311,75 €	26 311,75 €
Aquemtejo, Lda.	20 899,63 €	20 899,63 €
Ideia Alentejo	498,80 €	498,80 €
Adral	3 491,59 €	3 491,59 €
Cortflax	1 215,00 €	1 215,00 €
Assoc. Nac. Direito Crédito	49,88 €	49,88 €
Association Mediterran.	82,03 €	82,03 €
Outras empresas	74,82 €	74,82 €
Outros investimentos:	6 784,70 €	7 019,20 €
Fundo Compensação Trabalho	6 784,70 €	7 019,20 €
Total	33 096,45 €	33 330,95 €

24 – GASTOS DE FINANCIAMENTO

Em 31 de dezembro a rubrica dos gastos de financiamento decompõe-se da seguinte forma:

Gastos de financiamento	2023	2022
Juros suportados:		
De empréstimos bancários	5 573,52 €	2 217,33 €
Outros	1 210,72 €	984,93 €
Total	6 784,24 €	3 202,26 €

Os juros e gastos similares suportados incluem juros de empréstimos bancários.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

25 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os principais diplomas legais sobre o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) são dos seguintes:

Diploma legal	
Decreto-Lei 36-A/2011 (RNC), 9 de março	Aprova os regimes da normalização contabilística para as ESNL
Aviso 6726-B/2011, 14 de março	Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) para as ESNL
Portaria 105/2011, 14 de março	Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL
Portaria 106/2011, 14 de março	Código de Contas específico para as ESNL

26 – RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Nada a registar.

Contabilista Certificado nº 15443




APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE 25/06/2024

O VICEPRESIDENTE DA RESA A.G.



(MANUEL FIALHO)